

---

# Construindo o conceito de identidade nacional

Maria Elizabeth Chaves de Mello

## Resumo

*Em toda parte, desde sempre, os indivíduos experimentam a sensação de pertencerem a uma coletividade histórica e geográfica, embora, durante muito tempo, eles a relacionassem, freqüentemente, à das fronteiras de sua aldeia, feudo ou região, não conhecendo outras formas de solidariedade além das locais, espirituais ou individuais. No século XVIII, philosophes como Voltaire e Montesquieu consideravam-se cosmopolitas, queriam ser cidadãos do mundo. O que nos leva a supor que, no Ancien Régime, a consciência nacionalista não estava ainda em questão, mesmo na Europa iluminista. Entretanto, é a partir da difusão das Luzes e dos progressos da burguesia, que a idéia de nação é especificada. Nos dias de hoje, a questão nacional se apresenta, novamente, ao mundo contemporâneo, em termos talvez mais urgentes do que há um ou dois séculos atrás. Estudá-la significa tentar dar conta de um dos problemas mais preocupantes do momento atual.*

*Palavras-chave: identidade nacional, iluminismo, romantismo.*

Il fallut la Révolution Française pour que le mot nation prenne tout son sens. En abolissant le corps et les privilèges, la Révolution Française fut vécue par la plupart de ses acteurs comme un nouveau pacte fédératif régénérant le corps politique français et lui donnant, sous la forme de la nation, son unité.

Philippe Goujard

No limiar do terceiro milênio, países emergentes, tendo recentemente vivido o processo da descolonização, buscam a sua identidade, enquanto que, após o desmoronar do sistema comunista, o nacionalismo, nos países do Leste europeu, renasce das próprias cinzas. As democracias ocidentais vivem problemas de fragmentação, exclusão e violência, em grande parte relacionados aos fenômenos multiraciais e multiculturais. É um bom momento, portanto, de nos determos sobre a questão da identidade nacional, para que possamos melhor refletir sobre temas tão caros hoje, como unidade, justiça, direito e dignidade.

Mas, para tanto, uma primeira questão se impõe, desde logo: em que época poderíamos datar a emergência da preocupação com o fato nacional? Em toda parte, desde sempre, os indivíduos experimentam a sensação de pertencerem a uma coletividade histórica e geográfica, embora, durante muito tempo, eles a relacionassem, freqüentemente, à das fronteiras de sua aldeia, feudo ou região, não conhecendo outras formas de solidariedade além das locais, espirituais ou individuais. No século XVIII, *philosophes* como Voltaire e Montesquieu consideravam-se cosmopolitas, pretendiam ser cidadãos do mundo. O que nos leva a supor que, no *Ancien Régime*, a consciência nacionalista não estava ainda em questão, mesmo na Europa iluminista. Entretanto, é a partir da difusão das Luzes e dos progressos da burguesia que a idéia de *nação* é especificada e desenvolvida, adquirindo a importância de hoje.

De fato, no século XVIII, a tradição da história cíclica providencialista é rompida, substituindo-se a fé pela razão, objetivo maior das *Luzes*. Embora, no início do século, ela (a história) fosse considerada como uma atividade menor, pelos *philosophes*, aos poucos o seu valor vai sendo aumentado. François Furet observa, ao estudar os programas de ensino na França nos séculos XVIII e XIX, que a história só vai conseguir entrar no currículo como uma disciplina autônoma no momento em que adquire a função de despertar uma consciência nacional. Estava descoberta a idéia de que, através do ensino regular da história, poder-se-ia difundir e fixar, em cada indivíduo, o sentimento de pertencer a uma comunidade. Essa seria, segundo Watson, a condição para que se considerasse formada uma nação: *existir uma quantidade de pessoas que se pense como nação e se comporte como tal* (WATSON, apud ANDERSON, 1991, p. 6). Para tanto, é importante a idéia do *livro nacional*, que substituiria a Bíblia, uma espécie de *manual obrigatório*, que modelasse a massa inculta. Esse projeto, de Niethammer, é adotado por Goethe, que o defende e promove: esse livro seria representativo da nação, apagando suas diferenças, exaustivo na sua seleção, monumental na forma (NIETHAMMER, 1833, apud ASSMANN, 1994, p. 31).

Na França, a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert, estava empenhada em reunir a totalidade dos conhecimentos humanos, visando a propiciar melhores condições a todos de, ao entenderem o passado e o presente, chegarem às *Luzes*. Aí, nesse empreendimento monumental, aparece a palavra *nação*, como

Nação. Palavra coletiva da qual fazemos uso para exprimir uma quantidade considerável de pessoas, que habitam uma região, circundada por certos limites, obedecendo ao mesmo governo (SOBOUL, 1984, p. 284).

Entretanto, a palavra *nacional* nem sequer aparece, apesar de já estar em uso, principalmente em relação às questões econômicas. Mas, com a Revolução Francesa, tudo se precipita e a idéia de *nação* terá urgência em ser definida. Considerada por Sieyès como *um corpo de associados vivendo sob uma lei comum e representados pela mesma legislação* (FOREST, 1991, p 5), a *nação* vai substituir o papel do rei no novo sistema. Essa mudança é muito importante, pois, daqui por diante, o princípio fundamental, no qual se baseia toda a ordem política, será a *nação*. O poder não mais pertence a um monarca de direito divino, mas à própria comunidade dos indivíduos, percebida e organizada na sua forma nacional.

Assim, naquele momento, o conceito de *nação* é essencialmente revolucionário e, através dele, afirma-se o direito dos indivíduos de se libertarem das cadeias do sistema monárquico e de se constituírem como *nações* autônomas, detentoras de sua própria soberania: as noções de *nação* e de luta contra a tirania são inseparáveis. E, já que só pode haver uma verdadeira *nação* fora do sistema monárquico, ser patriota, no século XVIII, é ser revolucionário. Ainda na *Encyclopédie*, encontramos a seguinte definição de *pátria*:

O retórico pouco lógico, o geógrafo que só se preocupa com a posição dos lugares e o lexicógrafo vulgar consideram a *pátria* o lugar do nascimento, seja este qual for; mas o filósofo sabe que essa palavra vem do latim *pater*, que representa um pai e filhos, e, conseqüentemente, exprime o sentido que damos a *família*, *sociedade*, *estado livre*, dos quais somos membros, e cujas leis garantem nossas liberdades e felicidades. Não há *pátria* sob o jugo do despotismo (SOBOUL, 1984, p. 290-291)

Está implícita, aí, portanto, a noção de *pátria* e, como afirmáramos a respeito do vocábulo *nação*, ela também é incompatível com a tirania. É significativo que os baluartes da aristocracia e da alta sociedade cosmopolita do século XVIII sintam uma certa repugnância em empregar a palavra. Em 1782, Coyer afirma que *um homem galante não escreverá a palavra pátria. Seria pior ainda se ele a pronunciasse* (SOBOUL, 1984, p. 290).

Assim, os conceitos de *nação* e de *pátria* vão representar um dos ideais que os europeus pretendem divulgar como *luzes* no século XVIII. Ideais subversivos naquele momento e que se relacionam com as teorias de Jean-Jacques Rousseau, no seu *Contrat Social*, em 1760-62:

*contrato social* Como os homens não podem criar novas forças, mas apenas unir e dirigir as que existem, eles não têm outro meio, para se conservarem, do que formando, por agregação, um somatório de forças que possa vencer as resistências, fazendo-os agir sob o mesmo impulso, de comum acordo.

Esse somatório de forças só pode surgir do concurso de vários; mas a força e a liberdade de cada homem, por serem os primeiros instrumentos de sua conservação, como poderia ele engajá-las, sem prejudicá-las e sem negligenciar os cuidados que ele deve ter consigo mesmo? Essa dificuldade, voltando ao meu assunto, pode ser enunciada nos seguintes termos:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e, pela qual, cada um, unindo-se a todos, só obedeça, entretanto, a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes.” Este é o problema fundamental que o vem resolver (ROUSSEAU, 1971, p. 522).

Para Rousseau, o contrato seria absurdo se, em vez de unir as vontades individuais, ele as obrigasse a se unirem por meios coercitivos físicos. Tal laço não teria nenhum valor moral e nenhum apoio filosófico. A identidade nacional nunca será realizada pela força, *é na liberdade que ela deve se fundar. Na verdade, a liberdade não exclui absolutamente a submissão; ela não quer dizer arbitrário, mas, ao contrário, estrita necessidade de ação* (CASSIRER, 1966, p. 262). A nação seria, portanto, criada pela vontade geral de todos os homens que, por não poderem mais viver no estado de natureza, precisariam desse *pacto de liberdade*, numa livre associação, visando ao bem comum. Nela estaria implícita a trilogia tão cara aos franceses revolucionários daquele momento: *liberdade, fraternidade e igualdade*.

Rousseau, pré-romântico, estaria abrindo as portas a uma das mais importantes construções do romantismo: o conceito de identidade nacional. Entretanto, se pensarmos no colonialismo, em pleno apogeu no século XVIII, constatamos que, muitas vezes, os ideais iluministas são apenas uma máscara, atrás da qual se escondem as ambições territoriais européias e, particularmente, francesas. Poderíamos supor, então, que haveria dois conceitos ou duas formas de *nacionalismo*: um, com a missão de liberar os povos (em que os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade* estão em jogo) e, outro, que, por sede de domínio, busca submetê-los às suas leis. Esta ambigüidade é determinante da reação dos outros povos europeus, que viam, no nacionalismo revolucionário francês, ao mesmo tempo um modelo a imitar e um adversário a temer.

Assim, na era napoleônica, italianos e alemães tomam consciência de sua identidade no espelho da França, afirmando-se na recusa das leis que o país conquistador pretende lhes impor. Com a queda de Napoleão, em 1814, parece, por um momento, que é o fim do nacionalismo. Com a preocupação de restaurar o sistema monárquico, para impedir, definitivamente, qualquer nova tentativa revolucionária, nações como

Polônia, Itália e Alemanha não conseguem realizar sua unidade e independência e permanecem esfaceladas.

Pode-se afirmar, então, que é o princípio de nacionalidade que vai derrubar a ordem restaurada em 1815. Na verdade, a história da Europa, no século XIX, é da afirmação do princípio nacional contra essa *nova velha ordem*. Teoricamente, o nacionalismo francês ficava, portanto, nessa posição contraditória, entre a exaltação patriótica e uma concepção universalista da política e da história. Autores como Michelet e Victor Hugo que, de certa maneira, representam a consciência coletiva do país, naquele momento, desenvolvem uma espécie de messianismo revolucionário. Esse nacionalismo romântico, unindo fé religiosa e convicção política, sonha com um futuro de justiça e de fraternidade para todos os homens. Nessa linhagem *rousseauísta* da concepção francesa tradicional, a nacionalidade deriva da vontade: os indivíduos decidem associar-se à nação que eles próprios criam. Entretanto, por trás desse messianismo humanitário, o chauvinismo ressurge. Do nacionalismo messiânico, evolui-se, sutilmente, para a xenofobia e o orgulho nacional. Assim, duas concepções, aos poucos, se confrontam e se confundem: a primeira, que faz da nação um ato da vontade; a segunda, em que a nação faz o indivíduo, que nela encontra as condições de sua realização. Na literatura, essas noções vão caminhar lado a lado com as da estética romântica.

Em 1836, Chateaubriand publica a obra *Essai sur la littérature anglaise*, na qual um primeiro dado é evidente: o princípio da nação, o critério da nacionalidade passa a ser a pedra de toque do julgamento de uma obra. Para Chateaubriand, o espírito nacional seria tanto elemento de avaliação da qualidade artística de uma obra, quanto medida para acusar a influência estrangeira, responsável por falsificações. O autor do *Génie du Christianisme* leva tão a sério isso, que chega a duvidar da possibilidade de entendimento de uma obra por um estrangeiro:

Julgando com imparcialidade em seu conjunto as obras estrangeiras e as nossas (se, todavia, pode-se julgar as obras estrangeiras, do que muito duvido), ver-se-ia que, iguais em força de pensamento, nós prevalecemos pela ordem e pela razão da composição (CHATEAUBRIAND, 1836, p.123).

E, mais adiante, ele afirma: *Ninguém, em uma literatura viva, é juiz competente senão das obras escritas em sua própria língua.* (p. 261)

Assim, para entendermos um texto, este teria que ser escrito na nossa língua materna. O que, desde já, invalidaria o trabalho do tradutor, esse profissional que, justamente, faz a ponte entre duas línguas e duas culturas. Nessa citação, deparamo-nos também com uma outra construção, a de que *a ordem e a razão da composição* são propriedades típicas francesas. Ou seja, para criticar e condenar o pensamento do século XVIII, que teria preparado a Revolução, tomava-se a produção do século XVII como espelho do que seria francês. A nacionalidade passa a ser exaltada como um princípio defensivo, uma entidade, indissociavelmente ligada à historiografia literária e aos valores do Estado nacional. Ser francês é, entre outras coisas, exprimir-se na língua da clareza e com uma lógica cartesiana irrefutável. Estava formado

um dos maiores clichês do mito da nacionalidade francesa, o da clareza e pureza da língua e o do rigor do pensamento lógico.

Em 1870, a guerra entre a França e a Prússia dará a essa formulação teórica uma consistência histórica. Dos dois lados, a questão é fundamental: para Bismarck, o que está em jogo é a unidade alemã; para Napoleão III, a vitória permitiria a reafirmação do seu prestígio. Com a derrota, a França perde a Alsácia e a Lorena, enquanto a unidade da Alemanha é proclamada e esta se afirma, aos poucos, como a principal potência do continente. Na rivalidade entre os dois países, a questão do nacionalismo é das mais importantes a ser pensada, o que fará com que, em 1914, as duas nações entrem num dos conflitos mais violentos da história.

Espectador atento do conflito de 1870, grande admirador da cultura, do pensamento e da filosofia alemãs, Ernest Renan vai tentar buscar uma resposta intelectual à questão histórica da qual é testemunha. Crítico e severo para com a França, ele analisa os males de que ela sofre, em *La Réforme intellectuelle et morale de la France*, apresentando-a como:

Um fogo sem chama nem luz; um coração sem calor; um povo sem profetas que saibam dizer o que ele sente; um planeta morto, percorrendo a sua órbita com um movimento maquinal (RENAN, 1991, p. 23).

Com o alemão Strauss, que, como ele, via perplexo o conflito, Renan mantém uma correspondência sobre os desafios da guerra, tentando entendê-la. Tratava-se, naquele momento, para os dois intelectuais, de encontrar o espírito lúcido e imparcial, tão caro ao positivismo, diante do conflito que dilacerava ambas as nações. Entretanto, o pomo da discórdia entre os dois passa a ser a Alsácia e a Lorena. Strauss argumentava que essas regiões haviam outrora pertencido à Alemanha e que eram germânicas pela raça e pela língua. Era, portanto, legítimo, retomá-las. Renan respondia que a nacionalidade não se baseava em critérios objetivos de raça e língua, mas na vontade dos indivíduos. Assim, embora os alsacianos fossem mais próximos, na língua e na raça, dos alemães, eles queriam ser franceses. A polêmica se instaura entre os dois pensadores. À política das raças, Renan opõe a política do direito das nações, cujo princípio maior é o da liberdade dos povos determinarem a nacionalidade que desejam para si.

Amadurecendo aos poucos as suas idéias, em 1882, ele apresenta, solenemente, na Sorbonne, a questão – *Qu'est-ce qu'une nation?*, que, embora datada de mais de um século, contém elementos que nos ajudam a elaborar algumas reflexões importantes para o questionamento da idéia de identidade nacional ainda hoje. Cinco anos mais tarde, ao apresentar o seu texto para ser publicado, ele destacará a sua importância para o leitor:

A parte que considero mais importante desse volume, e sobre a qual permito-me chamar a atenção do leitor, é a conferência: *Qu'est-ce qu'une Nation?* Pesei cada uma das suas palavras com o maior cuidado; é a minha profissão de fé no que se refere às coisas humanas, e, quando a civilização moderna desaparecer em consequência do equívoco funesto destas palavras: na-

ção, nacionalidade, raça, desejo que se lembrem dessas vinte páginas. Considero-as totalmente corretas (RENAN, 1991, p. 28).

Na verdade, na sua conferência, Renan empenha-se em definir o que seria o fundamento da identidade nacional, afirmando que nem a raça, nem a língua, nem a religião, nem o interesse econômico e nem mesmo a geografia definem uma nação. Esta consistiria na reunião de dois elementos, um pertencente ao passado e outro ao presente: por um lado, uma herança histórica comum e, por outro, a vontade de viverem juntos hoje. Só assim se pode falar em nação, segundo ele.

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, a bem dizer, fazem uma só, constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse comum de um rico legado de lembranças; a outra é o sentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a manter intacta a herança que recebemos.[...] Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e dos que estamos ainda dispostos a fazer. Ela supõe um passado; entretanto, resume-se no presente, por um fato tangível: o sentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum (RENAN, 1991, p. 41).

*Qu'est-ce qu'une nation?* é, na verdade, um texto polêmico, de combate, em que toda a estratégia consiste em demonstrar, por meio de um domínio total das técnicas da retórica, o absurdo da anexação da Alsácia e da Lorena pelos alemães. Segundo Renan, seria errôneo afirmar que a língua e a raça são fatores distintivos de uma nação, já que os habitantes dessas regiões em questão consideram-se franceses, querem permanecer franceses. Assim, uma nação torna-se nação na medida em que ela se desvincule de todo e qualquer determinismo, para se construir num ato de vontade. Seria, segundo ele, *um plebiscito de todos os instantes*. Portanto, a idéia de uma identidade nacional passaria, obrigatoriamente, pela do *homem livre*.

Enfim, embora adotando um ponto de partida positivista, Renan acaba retomando conceitos românticos ou pré-românticos, como os de Rousseau e Michelet. As idéias de *sentimento atual*, *desejo de viver juntos*, *a vontade de continuar a manter intacta a herança que recebemos* nos remetem clara e especificamente a Jean-Jacques Rousseau, no seu *Contrato Social*, já citado. Identidade nacional seria relacionada à vontade geral, representando o desejo de cada um. Por outro lado, os conceitos de *alma*, *princípio espiritual*, *solidariedade etc*, estão todos presentes nos textos do historiador romântico Michelet, (apud FOREST, 1991, p. 45) que, na sua obra *Le peuple* (1848), já cantava a pátria francesa, afastando-se da idéia da ciência como descoberta de objetividades, para deixar aflorar o filão poético, na sua exaltação do povo francês:

A França fez a França e o elemento fatal de raça só me parece secundário. Ela é filha de sua liberdade. No progresso humano, a parte essencial pertence à força viva, que chamamos homem. O homem é o seu próprio Prometeu.

Michelet pode ser reabilitado, hoje, por suas antecipações como historiador. Romântico, ele destaca a subjetividade e a liberdade como fatores preponderantes de construção da identidade nacional. Sua historiografia permanece ligada à idéia de nação e ao princípio da narrativa, estreitamente relacionados. Segundo François Furet (1982, p. 75)

A exaltação da potência ou da consciência nacionais (...) permanece uma das grandes razões de ser da história-narrativa, depois de haver sido, sem dúvida, sua impulsão fundamental.

Deste modo, a Revolução passa a ser exaltada como fruto da eterna semente francesa, encontrando no Estado moderno o seu pleno desabrochar, que, por sua vez, desenvolve-se graças ao progresso da consciência. Assim, os românticos passaram a considerar a história como uma épica em prosa e isso vai se acentuando até a sua deterioração, na constituição de um padrão historiográfico que avaliava a literatura na sua utilidade para o Estado, destinada a uma função pedagógica do cidadão, com as conseqüências que todos sabemos, nos séculos XIX e XX. Não é por acaso que, a partir de 1857, autores como Baudelaire e Flaubert reajam a essa abordagem, desconstruindo-a e propondo a criação da chamada estética da negatividade.

Nos dias de hoje, entretanto, a questão nacional se apresenta, novamente, ao mundo contemporâneo, em termos talvez mais urgentes do que há um ou dois séculos atrás. Estudá-la remete-nos necessariamente a Rousseau, Chateaubriand e Michelet, entre muitos outros autores pré-românticos e românticos, com suas exaltações da subjetividade. Mas sem esquecer o supostamente positivista Renan que, pouco valorizado hoje e considerado fora de moda, pronuncia um discurso que talvez detenha a chave de uma das mais modernas e preocupantes questões sociais e políticas que, hoje, se nos apresentam.

#### *Abstract*

*Everywhere, throughout history, individuals have experienced a feeling of belonging to a particular historical and geographical community. However, for a long time, they often related such a feeling to the boundaries of their villages, feuds or regions, without knowing forms of solidarity other than the local, spiritual or individual ones. In the 18th century, philosophes such as Voltaire and Montesquieu considered themselves cosmopolitans, willing to become citizens of the world. This fact leads us to believe that, in the Ancien Régime, the nationalistic awareness was not an issue, even in the Enlightened Europe. Nevertheless, it is from the spread of Enlightenment and the progress of the*

*bourgeoisie that the idea of nation emerges. Nowadays, this notion is, once again, introduced to the contemporary world, much more urgently than one or two centuries ago. Studying this issue means to attempt to account for a most disturbing and intriguing issues of our time.*

*Keywords: national identity, enlightenment, romanticism.*

### Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London;New York: Verso, 1991.
- ASSMANN, Almeida. *Construction de la mémoire nationale: une brève histoire de l'idée allemande de Bildung*. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1994.
- CASSIRER, Ernst. *La philosophie des lumières*. Paris: Fayard, 1966.
- CHATEAUBRIAND, François-René de. *Oeuvres complètes*. Paris: Furne et Cie. Editeur, 1863. v. 6.
- FOREST, Philippe (Org.). *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Bordas, 1991.
- FURET, François. *L'atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1982.
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?: littérature et identité nationale de 1871 à 1914*. In: Forest, Philippe (Org.). *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Bordas, 1991. (Collection Littérature vivante).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Le contrat social*. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Seuil, 1971. v. 2.
- SOBOUL, Albert (Org.). *L'Encyclopédie (textes choisis)*. Paris: Messidor: Editions Sociales, 1984.